



Prevalência de insegurança alimentar entre a comunidade acadêmica durante a Covid-19: análise de fatores associados

Prevalence of food insecurity among the academic community during COVID-19: analysis of associated factors

Prevalencia de inseguridad alimentaria entre la comunidad académica durante la COVID-19: análisis de factores asociados

Danieli Chela¹, Doroteia Aparecida Höfelmann¹, Sandra Patricia Crispim¹, Fabian Calixto Fraiz¹.

RESUMO

Objetivo: Avaliar a prevalência de (in)segurança alimentar entre a comunidade acadêmica de uma universidade federal no sul do Brasil e correlacioná-la com fatores socioeconômicos e demográficos. **Métodos:** Estudo transversal, com dados coletados por formulários online, entre setembro de 2020 e janeiro de 2021, abordando condições socioeconômicas, demográficas e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, incluindo 1.693 indivíduos. **Resultados:** A prevalência de insegurança alimentar foi de 26,4%. A regressão múltipla revelou associações significativas entre insegurança alimentar e vínculo institucional, cor e renda familiar. Estudantes de graduação e servidores tiveram uma prevalência de insegurança alimentar 2,212 e 2,083 vezes maior que docentes, respectivamente. Indivíduos declarados de cor não brancos apresentaram 32,9% mais prevalência de insegurança alimentar, e a renda foi identificada como fator de proteção. **Conclusão:** O estudo demonstrou uma presença considerável de insegurança alimentar entre a comunidade acadêmica, ressaltando a necessidade de estudos futuros para monitorar e orientar ações específicas para essa população.

Palavras-chave: Covid-19, Insegurança alimentar, Pandemia, Universidades.

ABSTRACT

Objective: To assess the prevalence of (in) food security among the academic community of a federal university in southern Brazil and correlate it with socioeconomic and demographic factors. **Methods:** Cross-sectional study, with data collected through online forms between September 2020 and January 2021, addressing socioeconomic conditions, demographic factors, and the Brazilian Food Insecurity Scale, including 1,693 individuals. **Results:** The prevalence of food insecurity was 26.4%. Multiple regression revealed significant associations between food insecurity and institutional affiliation, race, and family income. Undergraduate students and staff had a prevalence of food insecurity 2.212 and 2.083 times higher than faculty members, respectively. Individuals self-identified as non-white had 32.9% higher prevalence of food insecurity, and income was identified as a protective factor. **Conclusion:** The study demonstrated a considerable presence of food insecurity among the academic community, highlighting the need for future studies to monitor and guide specific actions for this population.

Keywords: COVID-19, Food insecurity, Pandemic, Universities.

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR.

RESUMEN

Objetivo: Evaluar la prevalencia de (in) seguridad alimentaria entre la comunidad académica de una universidad federal en el sur de Brasil y correlacionarla con factores socioeconómicos y demográficos.

Métodos: Estudio transversal, con datos recopilados mediante formularios en línea, entre septiembre de 2020 y enero de 2021, abordando condiciones socioeconómicas, demográficas y la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria, incluyendo a 1.693 individuos. **Resultados:** La prevalencia de inseguridad alimentaria fue del 26,4%. La regresión múltiple reveló asociaciones significativas entre inseguridad alimentaria y vínculo institucional, color y renta familiar. Los estudiantes de pregrado y el personal tuvieron una prevalencia de inseguridad alimentaria 2,212 y 2,083 veces mayor que los docentes, respectivamente. Los individuos que se declararon de color no blanco presentaron una prevalencia de inseguridad alimentaria un 32,9% mayor, y la renta se identificó como un factor de protección. **Conclusión:** El estudio demostró una presencia considerable de inseguridad alimentaria entre la comunidad académica, destacando la necesidad de estudios futuros para monitorear y guiar acciones específicas para esta población.

Palabras clave: COVID-19, Inseguridad alimentaria, Pandemia, Universidades.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste no direito ao acesso regular e saudável aos alimentos, sem comprometer outras necessidades e respeitando a diversidade cultural de forma sustentável (BEZERRA MS, et al., 2020). Esse direito é garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como uma obrigação do Estado (BRASIL, 1988), demonstrando a forte correlação entre SAN e DHAA. A alimentação transcende o aspecto fisiológico, englobando também dimensões culturais e sociais que interagem com o ambiente (FIGUEIREDO MC, et al., 2011). Além disso, a alimentação adequada é crucial para a promoção e proteção da saúde, desempenhando um papel determinante na saúde da população. O acesso consistente e equitativo aos alimentos é essencial para manter a saúde física, mental e social (BENNETT CJ, et al., 2022).

Entretanto, dificuldades no acesso a alimentos, tanto em quantidade quanto em qualidade, são um grave problema de saúde pública global e podem levar a desfechos significativos para os cidadãos, incluindo exclusão social (MOTBAINOR A, et al., 2016). Por isso, conforme Riddle ES, et al. (2020), enfrentar esses desafios para garantir a SAN é crucial.

No contexto da pandemia de Covid-19, a transição repentina das aulas presenciais para o ensino remoto nas universidades impactou de forma expressiva a vida e as condições financeiras de muitos indivíduos. Em consonância com isso, Soldavini J, et al. (2021) apontam que alguns estudantes enfrentaram uma piora na SAN, enquanto outros apresentaram melhorias ao mudarem para residências familiares, onde contaram com apoio financeiro e maior acesso a alimentos. Em relação à comunidade acadêmica, no Brasil, alguns estudos já haviam evidenciado antes da pandemia da Covid-19 a associação entre condições de trabalho, exigências profissionais e problemas de saúde em docentes universitários brasileiros (GARCIA AL, et al., 2008; LIMA MFEM e LIMA FILHO DO, 2009). Durante a pandemia, além destas condições cotidianas de trabalho, adicionou-se às exigências decorrentes deste período, pois com a suspensão de aulas presenciais e o isolamento social imposto como medida sanitária, muitas atividades passaram a ser exercidas remotamente (UNESCO, 2020).

A pandemia da Covid-19, decretada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, revelou questões críticas relacionadas às desigualdades sociais da população, ampliando a exigência inadiável de debater sobre a situação de (in)segurança alimentar e nutricional. Estudos têm demonstrado que os fatores que afetam a SAN da população são complexos e interligados (RIDDLE ES, et al., 2020).

Segundo Silva TTM, et al., (2023), no Brasil, a insegurança alimentar (IA) aumentou e esteve presente em diversas regiões do país durante a pandemia, afetando diferentes públicos, como estudantes, moradores de favelas, entre outros. Corroborando esses dados, em 2022, conforme relatório divulgado pela

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil retornou ao mapa da fome, com 4,1% da população sem acesso regular a comida. Ainda segundo a FAO, uma pessoa está em IA quando não tem acesso regular a alimentos seguros e nutritivos em quantidade e qualidade suficientes para o desenvolvimento de uma vida ativa e saudável (FAO, 2022).

Em relação às principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes da educação superior durante a pandemia, segundo as Cátedras UNESCO, os resultados sugerem que, em escala global, as principais preocupações são com o isolamento social, as questões financeiras, a conectividade à internet e, em geral, a situação de ansiedade relacionada à pandemia (UNESCO, 2020). Além disso, existe uma grande disparidade entre as populações com renda mais alta que podem acessar a tecnologia que garantiu continuidade da educação digitalmente, durante o isolamento social.

Embora o foco esteja sempre nos impactos sobre os estudantes, os docentes também são afetados no trabalho e em termos profissionais (UNESCO, 2020).

Portanto, para combater a IA em todos os níveis, é fundamental compreender sua relação com a vulnerabilidade social e econômica deste grupo, além de monitorar a SAN dessa população. Isso possibilita um diagnóstico preciso e a adoção de medidas adequadas para garantir qualidade de vida e dignidade, mesmo em períodos de extrema vulnerabilidade. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar a prevalência de IA entre a comunidade acadêmica de uma universidade pública no Sul do Brasil durante a pandemia da Covid-19 e analisar sua associação com fatores socioeconômicos e demográficos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal que utilizou dados do projeto intitulado “Insegurança Alimentar, Estado Nutricional e Estilo de Vida na Comunidade Acadêmica durante a Pandemia da Covid-19 – BRAZUCA COVID”, com coleta de dados realizada entre setembro de 2020 e janeiro de 2021, que buscou analisar a situação da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O projeto de pesquisa foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPR (Registro CAAE 36250320.2.0000.0102, aprovado em 03/09/2020, sob parecer número 4.256.436), e todos os participantes registraram o consentimento online para participar da pesquisa.

A UFPR está localizada no Estado do Paraná, situado ao Sul do Brasil. Segundo o último censo demográfico divulgado pelo IBGE em 2022, este estado conta com uma população total de 11.443.208 habitantes. A trajetória da UFPR está conectada à evolução histórica do Estado. A Universidade Federal do Paraná é a mais antiga do Brasil, e sua estrutura conta com diversos campi localizados na Capital Curitiba e em regiões do interior e litoral do Estado.

Foram elegíveis para o estudo todos os membros da comunidade acadêmica da UFPR, independentemente do campus. A amostra do estudo foi não probabilística, por conveniência.

Para a inclusão no estudo, os critérios considerados foram: ser membro da comunidade acadêmica, ter idade ≥ 18 anos, concordar em participar da pesquisa e responder ao questionário. Os critérios de exclusão foram: não ter acesso à internet, preenchimento incompleto do instrumento Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), e ser servidor terceirizado. Os membros da comunidade acadêmica foram convidados a participar do estudo por meio de divulgação em mídias sociais, com o objetivo de difundir a finalidade da pesquisa e promover a adesão voluntária dos participantes.

Um questionário foi criado na plataforma Google Forms e encaminhado a todos os endereços eletrônicos institucionais. O questionário online era composto por questões divididas em blocos temáticos, sendo um compilado de variáveis sobre aspectos sociodemográficos e econômicos como estado civil, cor da pele, gênero, renda familiar, escolaridade e insegurança alimentar. O Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) era apresentado na primeira página, e somente após a leitura e aceitação era possível dar continuidade ao preenchimento da pesquisa.

Foram incluídos um total de 1.744 participantes, sendo 194 docentes, 993 estudantes de graduação, 347 estudantes de pós-graduação e residência, 191 técnicos (servidores e terceirizados), e 19 participantes que não informaram seu vínculo. Após a exclusão de 51 participantes, de acordo com os critérios de exclusão, a amostra final totalizou 1.693 participantes.

Neste estudo, as informações sobre a SAN e os níveis IA foram obtidas por meio da aplicação da EBIA. A EBIA foi validada em 2014 por Segall-Corrêa, et al. (2014), e atualmente possui 14 questões. É uma escala psicométrica que avalia, de maneira direta, a percepção e experiência com a fome, uma das dimensões da insegurança alimentar e nutricional (SEGALL-CORRÊA, et al., 2014). Considerada um instrumento de fácil aplicação e de baixo custo, possui alta validade interna e externa, como demonstrado por diferentes procedimentos analíticos, sendo considerada de alta validade para o diagnóstico da IA no Brasil.

Sua análise é baseada na soma das respostas afirmativas às 14 questões. As perguntas foram formuladas de modo que as respostas afirmativas indicam a ocorrência de um agravante da condição alimentar. Para a estratificação da SAN/IA dos domicílios, atribuiu-se um ponto para cada resposta afirmativa às perguntas do questionário, sendo o escore domiciliar correspondente à soma desses pontos, variando entre 0 e 14. Considera-se SAN a pontuação igual a zero; insegurança alimentar leve (domicílios com pessoas < 18 anos, pontuação total de 1 a 5 pontos; domicílios sem pessoas < 18 anos, pontuação total de 1 a 3), insegurança alimentar moderada (domicílios com pessoas < 18 anos, pontuação total de 6 a 9 pontos; domicílios sem pessoas < 18 anos, pontuação total de 4 a 5), insegurança alimentar grave (domicílios com pessoas < 18 anos, pontuação total de 10 a 14 pontos; domicílios sem pessoas < 18 anos, pontuação total de 6 a 8) (SEGALL-CORRÊA, et al., 2014).

A análise estatística foi realizada utilizando o software SPSS® (IBM Corp. Released 2017. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 25.0. Armonk, NY: IBM Corp.). As variáveis categóricas foram apresentadas como frequências absolutas e relativas, com respectivo intervalo de confiança (IC) de 95%. Para a definição da prevalência de insegurança alimentar, os valores da EBIA foram dicotomizados em SAN (nenhuma resposta positiva na EBIA) e IA (pelo menos 1 resposta positiva na EBIA). As demais covariáveis foram categorizadas da seguinte maneira: categoria profissional (“docente”, “estudante de pós-graduação e residente”, “estudante de graduação”, “servidor técnico”), estado civil (“casado ou união estável”; “solteiro, divorciado ou viúvo”), sexo (“feminino” ou “masculino”), renda per capita domiciliar [até 1 salário mínimo (até R\$ 1.045,00); de 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.045,00 a R\$ 3.135,00); de 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.135,00 a R\$ 6.270,00); mais de 6 salários mínimos (mais de R\$ 6.270,00)], e cor autodeclarada [“branca” e “não branca (amarela, preta e parda)”].

Associações entre IA e variáveis de exposição foram investigadas por meio das razões de prevalência (RP) e respectivo IC de 95%. As variáveis com p-valor < 0,20 nas análises bivariadas foram selecionadas para a construção do Modelo Múltiplo de Regressão de Poisson com variância robusta para a variável resposta (insegurança alimentar), sendo mantidas no modelo final aquelas que permitiram melhor ajuste do mesmo ou que se mantiveram significantes (p-valor < 0,05) no conjunto de variáveis. O nível de significância adotado foi de 5%.

RESULTADOS

A amostra final do estudo é composta por 1693 indivíduos, sendo 972 alunos de graduação (58%), 185 docentes (11%), 338 alunos de pós-graduação e residentes (20,2%) e 182 servidores técnicos (10,9%). A maioria era do sexo feminino (68,8%) declarados brancos (80%), com idade média de 30 anos [desvio padrão (DP) = 11] e mediana de 26 anos (mínimo = 18 e máximo = 70). A faixa de renda familiar que se

apresentou de forma mais frequente foi a maior que 6 salários-mínimos (40,9%) e 70,3% dos indivíduos era solteiro, divorciado ou viúvo (**Tabela 1**). Considerando o grupo total, a prevalência de insegurança alimentar foi de 26,4%. A IA leve e a IA moderada ou grave atingiram 19,7% e 6,7% dos indivíduos, respectivamente.

Tabela 1 - Caracterização da comunidade acadêmica da UFPR ($n = 1693$), segundo critérios socioeconômicos e demográficos.

Escolaridade	n	%
Prevalência de (IN)segurança alimentar		
Segurança alimentar	1246	73,6
Insegurança alimentar	447	26,4
Níveis de (IN)segurança alimentar		
Insegurança leve	333	19,7
Insegurança moderada ou grave	114	6,7
Segurança alimentar	1246	73,6
Sexo		
Masculino	528	31,2
Feminino	1165	68,8
Categoria profissional		
Docente	185	11
Estudante de graduação	972	58
Estudante de pós-graduação e residente	338	20,2
Técnico (servidor)	182	10,9
Cor		
Branca	1348	80,0
Não branca	338	20,0
Estado civil		
Casado(a) ou União estável	503	29,7
Solteiro(a), Divorciado(a) ou Viúvo(a)	1190	70,3
Renda familiar (salário-mínimo)		
Até 1	110	6,5
De 1 a 3	465	27,5
De 3 a 6	426	25,2
Mais de 6	692	40,9

Nota: Valores inferiores a 1693 são devidos a dados faltantes da variável. Salário-mínimo= R\$1.045,00.

Fonte: Chela D, et al., 2025.

A **Tabela 2** demonstra que a prevalência de IA foi maior no grupo feminino ($p = 0,017$). A média de idade foi menor no grupo com IA ($p < 0,001$). Houve associação entre a maior prevalência de IA e a menor renda familiar ($p = 0,001$). Os estudantes de graduação apresentaram a maior prevalência de IA sendo que houve diferenças notáveis em função da categoria de vínculo ($p < 0,001$). Não brancos apresentaram uma prevalência maior do que os brancos ($p < 0,001$). Entre os solteiros, divorciados ou viúvos, a prevalência foi maior quando comparada à daqueles em união estável ($p < 0,004$) (**Tabela 2**).

Tabela 2 - Análise de regressão bivariada de Poisson com variância robusta para insegurança alimentar entre a comunidade acadêmica da UFPR ($n = 1693$), segundo critérios socioeconômicos e demográficos.

Variáveis	SAN		IA		p-value	RP	IC 95%
	n	%	n	%			
Sexo							
Masculino	409	77,5	119	22,5	0,017	1	1,040 - 1,500
Feminino	837	71,8	328	28,2		1,249	
Categoria profissional							
Docente	173	93,5	12	6,5	< 0,001	1	2,017 - 6,437
Estudante de pós-graduação e residente	259	76,6	79	23,4		3,603	
Estudante de graduação	658	67,7	314	32,3		4,980	
Técnico (servidor)	146	80,2	36	19,8		3,049	
Cor							
Branca	1036	76,9	312	23,1	< 0,001	1	1,454 - 2,017
Não branca	204	60,4	134	39,6		1,713	
Estado civil							
Casado(a) ou União estável	395	78,5	108	21,5	0,004	1	1,097 - 1,604
Solteiro(a), Divorciado(a) ou Viúvo(a)	851	71,5	339	28,5		1,327	
Renda familiar (salário-mínimo)							
Até 1	29	26,4	81	73,6	< 0,001	1	0,506 - 0,687
De 1 a 3	263	56,6	202	43,4		0,590	
De 3 a 6	334	78,4	92	21,6		0,293	
Mais de 6	620	89,6	72	10,4		0,141	
Idade (anos)							
		Média (DP)			< 0,001	0,982	0,974 - 0,990
	30,7	11,6	28,1	8,9			

Nota: Resultados significativos ao nível de 5% estão marcados em negrito. Valores inferiores a 1693 são devidos a dados faltantes da variável. Salário-mínimo= R\$1.045,00. SA= Segurança alimentar; IA= Insegurança Alimentar; IC=Intervalo de Confiança 95%; RP=Razão de prevalência.

Fonte: Chela D, et al., 2025.

Na análise múltipla (**Tabela 3**), os estudantes de graduação e os servidores apresentaram uma prevalência 2,212 ($p = 0,012$; IC95%: 1,194 - 4,098) vezes e 2,083 ($p = 0,023$; IC95%: 1,107 - 3,921) vezes maior de IA do que os docentes, respectivamente.

No entanto, as diferenças entre docentes e alunos de pós-graduação não se mantiveram após os ajustes. Indivíduos de cor não branca apresentaram 32,9% mais prevalência de IA do que aqueles de cor branca ($p < 0,001$; IC95%: 1,139 - 1,550). E a renda se apresentou como um fator de proteção para a IA na comunidade acadêmica da UFPR. A idade e o sexo não se associaram à IA, no entanto, foram mantidas no modelo por ajustá-lo (**Tabela 3**).

Tabela 3 - Análise de regressão multivariada de Poisson com variância robusta para insegurança alimentar entre a comunidade acadêmica da UFPR ($n = 1693$), segundo critérios socioeconômicos e demográficos.

Variáveis	p-value	RP	IC 95%
Sexo			
Masculino		1	
Feminino	0,052	1,184	0,998 - 1,404
Categoria profissional			
Docente		1	
Estudante de pós-graduação e residente	0,083	1,750	0,930 - 3,291
Estudante de graduação	0,012	2,212	1,194 - 4,098
Técnico (servidor)	0,023	2,083	1,107 - 3,921
Cor			
Branca		1	
Não Branca	< 0,001	1,329	1,139 - 1,550
Renda familiar (salários-mínimos)			
Até 1		1	
De 1 a 3	< 0,001	0,621	0,530 - 0,727
De 3 a 6	< 0,001	0,311	0,249 - 0,388
Mais de 6	< 0,001	0,172	0,129 - 0,229
Idade (anos)	0,071	1,009	0,999 - 1,018

Nota: Resultados significativos ao nível de 5% estão marcados em negrito. Salário-mínimo= R\$1.045,00. SA= Segurança alimentar; IA= Insegurança Alimentar; IC=Intervalo de Confiança 95%; RP=Razão de prevalência. **Fonte:** Chela D, et al., 2025.

DISCUSSÃO

Os dados da pesquisa indicam uma prevalência mais elevada de insegurança alimentar entre os estudantes de graduação e os técnicos administrativos da instituição, bem como entre indivíduos de cor não branca. Esses fatores estão estreitamente associados à renda e à capacidade de adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas para atender às necessidades nutricionais. A renda familiar, por sua vez, mostrou-se um fator de proteção para a comunidade acadêmica analisada. Os padrões observados, como maior prevalência entre estudantes de graduação e técnicos, indivíduos não brancos e com renda familiar mais baixa, corroboram estudos anteriores que investigaram a segurança alimentar entre universitários (JEHI T, et al., 2023; OWENS MR, et al., 2020; RIDDLE ES, et al., 2020).

Embora as pesquisas sobre a IA até o momento tenham focado em diversos grupos populacionais ainda há poucas informações sobre o impacto na comunidade acadêmica, com a maioria das pesquisas concentrando-se unicamente nos estudantes de graduação.

Pesquisas realizadas antes da pandemia, como as de Angotti AA e Zangirolani LT (2022), afirmam que 64,8% dos estudantes universitários possuíam algum grau de IA, assim como no estudo de Fernandes RCS, et al. (2017), em que 58,1% dos jovens estudantes pré-universitários também apresentavam um alto grau de dificuldade, embora sem registrar os níveis mais graves (FERNANDES RCS, et al., 2017). Antes da pandemia da Covid-19, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018) estimaram que 68,9 milhões de domicílios permanentes no Brasil estavam em situação de segurança alimentar, enquanto 36,7% enfrentavam algum grau de IA (IBGE, 2020). Dados mais recentes de 2021-2022 revelaram que 58,7% dos domicílios brasileiros (REDE PENSSAN, 2022) apresentavam dificuldades no acesso a alimentos, confirmando o aumento esperado durante a pandemia.

Estudos preliminares sugerem um agravamento das condições de subsistência dos estudantes universitários pós-pandemia, atribuível ao declínio nos indicadores econômicos e sociais, aos cortes orçamentários nas instituições de ensino superior e ao impacto geral da pandemia (MIALKI K, et al., 2021; SOLDVINI J e BERNER M, 2020). Entre os desafios enfrentados estão o fechamento dos restaurantes universitários (MARTINS NC, et al., 2021) e a redução das verbas destinadas a políticas de assistência e permanência para estudantes de baixa renda (BAUMGRATZ LD, et al., 2023). No Brasil, uma pesquisa da Unicamp revelou que 84,5% dos estudantes residentes no Conjunto Residencial da USP (CRUSP) durante a pandemia enfrentaram algum grau de insegurança alimentar (ARAUJO TA, et al., 2021). A discrepância entre a prevalência encontrada nesta pesquisa (26,4%) e o estudo de Araújo et al.21 pode ser explicada

pela composição da amostra, que não incluía exclusivamente alunos residentes em conjuntos habitacionais universitários. Similarmente, um estudo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) identificou que 41,3% dos estudantes estavam em situação de insegurança alimentar (ARAUJO TA, et al., 2021).

A pesquisa não encontrou diferenças significativas na prevalência entre discentes de pós-graduação e docentes, o que pode ser atribuído ao fato de que muitos alunos de pós-graduação trabalham paralelamente aos estudos ou recebem bolsas, proporcionando uma fonte adicional de renda. Esse fator tende a reduzir a prevalência de IA entre eles, em comparação com os estudantes de graduação que dependem exclusivamente de apoio financeiro limitado associado à sua formação (BENNETT CJ, et al., 2022).

A maior prevalência observada entre estudantes de cor não branca está alinhada com a situação de vulnerabilidade social que historicamente afeta este grupo nas universidades, conforme indicado por pesquisas anteriores (MARTINS NC, et al., 2023; DAVITT ED, et al., 2021; RIDDLE ES, et al., 2020). Apesar dos avanços nas políticas de ações afirmativas, que ampliaram a presença de estudantes negros no ensino superior brasileiro, esse grupo ainda enfrenta desafios significativos durante a formação (GOMES J, et al., 2021). Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar na pandemia (VIGISAN) revelaram uma taxa de segurança alimentar de 53,2% entre indivíduos autodeclarados brancos, enquanto para os autodeclarados pretos/pardos, a taxa foi de 35% (REDE PENSSAN, 2022).

As políticas afirmativas têm contribuído para a redução das desigualdades ao assegurar o acesso e a permanência de indivíduos não brancos nas universidades (ARAUJO TA et al., 2021; GUARNIERI FV e MELO-SILVA LL, 2017). Contudo, as discrepâncias raciais na IA refletem não apenas as desigualdades educacionais, mas também a maior vulnerabilidade a problemas de saúde e desfechos adversos durante a pandemia (OWENS MR, et al., 2020).

O estudo apresentado neste artigo, assim como diversos outros trabalhos, aponta uma associação entre renda insuficiente e prevalência de IA (OLFERT MD, et al., 2022; OWENS MR et al., 2020; SOLDAVINI J e BERNER M, 2020). O aumento dos preços dos alimentos durante a pandemia é um fator que pode ter contribuído para tornar ainda mais difícil a aquisição de alimentos suficientes para manter a SAN (RIBEIRO-SILVA RC, et al., 2020). Nesse sentido, é importante considerar não só o perfil socioeconômico dos estudantes, mas também o contexto e a cidade em que eles vivem, já que ambos os fatores podem influenciar a disponibilidade e o acesso aos alimentos durante o período de pandemia. A literatura anterior destaca que a demanda crescente por alimentos durante uma crise pode ocasionar alta nos preços para o consumidor e dificultar a tarefa das famílias em fornecer comida suficiente para todos os seus membros (SIDEBOTTOM C, et al., 2021).

Durante a pandemia, as comunidades mais vulneráveis, incluindo aquelas afetadas por questões relacionadas a gênero, cor da pele e classes sociais, enfrentaram desafios significativamente mais intensos, especialmente nas áreas de periferia (GURGEL AM, et al., 2020). As medidas de distanciamento social implicaram o fechamento do comércio não essencial, o aumento do desemprego e, conseqüentemente, o número de trabalhadores informais cresceu (ALMEIDA WS, et al., 2020). Cabe destacar ainda que a perda da fonte de renda e o endividamento foram os fatores que mais afetaram o acesso aos alimentos pela população brasileira (REDE PENSSAN, 2022).

Por fim, entre os pontos fortes deste estudo, a pesquisa ressalta a importância de abordar a prevalência de IA na totalidade da comunidade acadêmica, utilizando instrumentos e escalas validadas que garantam a validade e a confiabilidade dos resultados. No entanto, a natureza transversal limita a capacidade de identificar as causas definitivas. Além disso, a amostragem por conveniência pode ter introduzido viés de seleção, com participantes mais impactados pela pandemia podendo ter sido mais propensos a responder à pesquisa. O viés de memória também pode ter afetado as respostas, dado que a EBIA considera o período dos três meses anteriores à pesquisa, o que pode ter influenciado a precisão das informações fornecidas. A pesquisa também não abordou questões relacionadas às fontes de renda e à configuração domiciliar, que são fatores reconhecidos como potenciais agravantes da IA.

CONCLUSÃO

Os dados apresentados evidenciam a presença considerável de IA entre comunidade acadêmica durante a pandemia da Covid-19. Há associação da IA com a cor da pele, tipo de vínculo (estudantes de graduação e técnicos administrativos) e renda familiar. Os achados deste estudo agregam informações sobre a comunidade acadêmica no sentido de ajudar a melhorar a compreensão de como a pandemia afetou este grupo, além de fornecer informações relevantes para o desenvolvimento de ações direcionadas a esta população. Futuras pesquisas podem explorar, de maneira longitudinal, os efeitos contínuos da IA sobre essa população, além de investigar a eficácia de intervenções institucionais para mitigar essas disparidades. É igualmente relevante incluir variáveis adicionais, como fontes de renda e configuração domiciliar, para uma compreensão mais detalhada dos fatores associados a IA e a influência desses fatores na segurança alimentar dos indivíduos em contextos de crise.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA WS, et al. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2020; 23.
2. ANGOTTI AA e ZANGIROLANI LTO. Food insecurity and financial aid among university students: Pre-Covid-19 scenario of a public university in south eastern Brazil. *Revista de Nutrição*, 2022; 35.
3. ARAUJO TA, de et al. (In)segurança alimentar e nutricional de residentes em moradia estudantil durante a pandemia do covid-19. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 2021; 28: e021010.
4. BAUMGRATZ LD, et al. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. *Demetra*, 2023; 18: 72281.
5. BENNETT CJ, et al. Food insecurity during COVID-19: An Australian university experience. *Health and Social Care in the Community*, 2022; 30(6): e5411.
6. BEZERRA MS, et al. Food and nutritional insecurity in Brazil and its correlation with vulnerability markers. *Ciencia e Saude Coletiva*, 2020; 25(10): 3833–3846.
7. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
8. DAVITT ED, et al. Effects of COVID-19 on University Student Food Security. *Nutrients*, 1932; 13(6).
9. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO.
10. FERNANDES RCS, et al. Avaliação dos hábitos alimentares, insegurança alimentar e estado nutricional de estudantes de um cursinho popular localizado na grande São Paulo. *Revista Simbio-Logias*, 2017; 9 n. 12, dez. 2017.
11. FIGUEIREDO MC, et al. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.
12. GARCIA AL, et al. Qualidade de vida de professores do ensino superior na área da saúde: discurso e prática cotidiana. *Cogitare Enfermagem*, 2008; 13(1).
13. GOMES J, et al. Food Insecurity in the Academic Community During the COVID-19 Pandemic. *Current Developments in Nutrition*, 2021; 5: 223.
14. GUARNIERI FV e MELO-SILVA LL. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2017; 21(2): 183–193.
15. GURGEL AM, et al. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020; 25(12): 4945–4956.
16. JEHI T, et al. Effect of COVID-19 outbreak on the diet, body weight and food security status of students of higher education: a systematic review. *British Journal of Nutrition*. Cambridge University Press, 2023.
17. LIMA MFEM e LIMA-FILHO DO. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências & Cognição* 2009; 14(3): 062-082.
18. MARTINS NC, et al. Situação de (in)segurança alimentar de estudantes universitários da rede pública durante a pandemia da Covid-19. *Conexões - Ciência e Tecnologia*, 2023; 17: e022004.

19. MIALKI K, et al. Covid-19 and college students: Food security status before and after the on set of a pandemic. *Nutrients*, 2021; 13(2): 1–13.
20. MOTBAINOR A, et al. Level and determinants of food insecurity in East and West Gojjam zones of Amhara Region, Ethiopia: a community based comparative cross-sectional study. *BMC Public Health*, 2016; 16(1): 503.
21. OLFERT MD, et al. Impact of COVID-19 on college student diet quality and physical activity. *Nutrition and Health*, 2022; 28(4): 721–731.
22. OWENS MR, et al. Prevalence and social determinants of food insecurity among college students during the COVID-19 pandemic. *Nutrients*, 2020; 12(9): 1–17.
23. RIBEIRO-SILVA RC, et al. Covid-19 pandemic implications for food and nutrition security in Brazil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2020; 25(9): 3421–3430.
24. RIDDLE ES, et al. Prevalence and factors associated with food insecurity across an entire campus population. *PLoS ONE*, 2020; 15(8).
25. SEGALL-CORRÊA AM, et al. Refinement of the Brazilian House hold Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. *Rev Nutr.*, 2014; 27(2): 241–51.
26. SIDEBOTTO MC, et al. Effects of COVID-19 pandemic and quarantine period on physical activity and dietary habits of college-aged students. *Sports Medicine and Health Science*, 2021; 3(4): 228–235.
27. SILVA TM, et al. Pandemia e Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Uma Revisão Integrativa. ID online. *Revista de psicologia*, 2023; 17(67): 167–181.
28. SOLDVINI J e BERNER M. The importance of precision: Differences in characteristics associated with levels of food security among college students. *Public Health Nutrition*, 2020; 23(9): 1473–1483.